

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.21.02.003-DL

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A aquisição de materiais de consumo do tipo esportivo é necessária para atender às demandas das atividades promovidas pela Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE. Essas atividades têm como objetivo incentivar a prática esportiva entre a população, principalmente entre jovens e adolescentes, promovendo a inclusão social, a saúde e o bem-estar da comunidade. O problema a ser resolvido é a insuficiência de materiais esportivos adequados e disponíveis, o que limita a execução satisfatória dessas atividades e compromete os resultados esperados em termos de desporto e juventude.

Considerando o interesse público, a aquisição de materiais esportivos irá ampliar as oportunidades de prática esportiva para a população, atendendo à política pública municipal de fomento ao esporte como ferramenta de transformação social. A ação pretende não apenas melhorar as condições das atividades já existentes, mas também possibilitar o crescimento de novos programas e eventos esportivos locais, alinhando-se às prioridades estratégicas do município e promovendo uma sociedade mais engajada e saudável.

2. Área requisitante

Área requisitante	Responsável
Secretaria de Desporto e da Juventude	LARA MAYARA SILVA COSTA

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos da contratação para a aquisição de materiais de consumo do tipo esportivo para a Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE fundamenta-se na necessidade de garantir a escolha da solução mais adequada, observando critérios de sustentabilidade e padrões mínimos de qualidade e desempenho. Para tanto, observam-se as regulamentações específicas aplicáveis, com vistas a assegurar o alinhamento com as práticas recomendadas e a legislação vigente.

- **Requisitos Gerais:**
 - Atendimento aos padrões de segurança e qualidade, assegurando que os materiais esportivos não apresentem riscos aos usuários.



- Durabilidade dos materiais, garantindo que suportem o uso constante nas práticas esportivas.
- **Requisitos Legais:**
 - Conformidade com a Lei nº 14.133/2021, garantindo que todas as etapas da contratação sigam os preceitos legais estabelecidos.
 - Observância às normas técnicas pertinentes aos materiais esportivos, conforme regulamentação dos órgãos competentes.
- **Requisitos de Sustentabilidade:**
 - Priorização de fornecedores que adotem práticas sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis.
 - Redução da pegada de carbono, considerando a origem e o transporte dos materiais adquiridos.
- **Requisitos da Contratação:**
 - Fornecimento de materiais devidamente certificados, de acordo com o padrão de qualidade aplicável.
 - Garantia de assistência técnica para os materiais que a requeiram, assegurando o suporte necessário durante o uso e manutenção.

Os requisitos imprescindíveis à contratação incluem a garantia de padrões de segurança, qualidade e sustentabilidade dos materiais esportivos, o cumprimento das legislações vigentes, a oferta de assistência técnica quando necessário, bem como a promoção da economicidade e da competitividade. Tais requisitos são essenciais para garantir o suprimento das necessidades da Secretaria de Desporto e Juventude, permitindo a efetiva prática de desporto no município de ChoroZinho-CE e evitando restrições que possam limitar a participação de eventuais concorrentes na licitação futura.

4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado é uma etapa crucial na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, pois permite identificar as soluções disponíveis para a aquisição de materiais esportivos de consumo com as especificações requeridas pela Secretaria de Desporto e Juventude do Município de ChoroZinho-CE. A seguir, listamos as principais soluções de contratação identificadas no mercado:

- Contratação direta com o fornecedor local ou regional, que possibilita menor prazo de entrega e atendimento personalizado às especificações técnicas exigidas.
- Contratação através de distribuidoras especializadas em artigos esportivos, que podem oferecer um portfólio mais amplo de produtos e condições comerciais competitivas.
- Utilização de plataformas eletrônicas para aquisição, permitindo ampla pesquisa de mercado e coleta de preços mais vantajosos.
- Participação em consórcios de compras públicas, aproveitando economias de escala e condições de bonificação e descontos.
- Terceirização com empresas que fornecem e gerenciam os materiais esportivos, garantindo manutenção e reposição conforme necessidade.

Após a análise das soluções disponíveis, a contratação direta com fornecedores locais ou regionais surge como a solução mais adequada para atender às necessidades da



Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE. Essa solução proporciona maior controle de qualidade dos materiais adquiridos e estimula o desenvolvimento econômico local, além de permitir um atendimento mais ágil e personalizado às demandas específicas do município.

5. Descrição da solução como um todo

A solução proposta para a aquisição de materiais de consumo esportivo destina-se a atender plenamente as demandas da Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE, conforme identificado no Estudo Técnico Preliminar. A escolha dos materiais esportivos, que incluem bolas de futebol de campo, vôlei, handebol, e futebol de areia, além de outros itens necessários, visa garantir a estruturação adequada das práticas esportivas promovidas pela Secretaria. Todos os materiais deverão ser duráveis, de fácil manutenção e atender a padrões de qualidade que assegurem a segurança e o bom desempenho nas atividades promovidas, conforme especificado previamente.

A escolha desta solução baseia-se em uma pesquisa de mercado que identificou a disponibilidade desses produtos com as especificações necessárias tanto localmente quanto em regiões adjacentes, garantindo assim que a logística de entrega e o atendimento aos requisitos de qualidade sejam viáveis e compatíveis com as necessidades da Secretaria. Adicionalmente, a opção por estes itens específicos é justificada pela sua adequação às atividades esportivas regularmente realizadas, facilitando o alcance dos objetivos estratégicos do município de incentivar e promover a prática esportiva.

Com base na análise e levantamento de mercado, o objeto do ETP configura-se como a solução mais adequada existente, pois equilibra economicidade e eficiência, atendendo às exigências de durabilidade e segurança necessárias para o uso intensivo em atividades esportivas. A adoção de padrões reconhecidos e praticados pelo mercado para materiais esportivos reforça a adequação da solução proposta.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	85,000	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL			
2	BOLA DE FUTSAL OFICIAL.	85,000	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTSAL OFICIAL.			
3	BOLA DE VÔLEI OFICIAL	15,000	Unidade
Especificação: BOLA DE VÔLEI OFICIAL			
4	BOLA DE BASQUETE OFICIAL	5,000	Unidade
Especificação: BOLA DE BASQUETE OFICIAL			
5	BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL	5,000	Unidade
Especificação: BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL			



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
6	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL	10,000	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL			
7	BOLA HANDEBOL OFICIAL	5,000	Unidade
Especificação: BOLA HANDEBOL OFICIAL			
8	BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL	5,000	Unidade
Especificação: BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL			
9	REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO	6,000	Unidade
Especificação: REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO			
10	TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.	12,000	Unidade
Especificação: TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.			
11	TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM	12,000	Unidade
Especificação: TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM			
12	APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.	10,000	Unidade
Especificação: APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.			
13	BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.	10,000	Unidade
Especificação: BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.			
14	MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.	100,000	Unidade
Especificação: MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.			
15	COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100,000	Unidade
Especificação: COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.			
16	REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.	12,000	Par
Especificação: REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.			
17	REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.	16,000	Par
Especificação: REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.			
18	REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2,20M.	6,000	Par
Especificação: REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2,20M.			
19	REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.	4,000	Par
Especificação: REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.			
20	FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.	6,000	Pacote
Especificação: FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.			
21	COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100,000	Unidade
Especificação: COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.			

7. Estimativa do valor da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	85,000	Unidade	162,36	13.800,60
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL					



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
2	BOLA DE FUTSAL OFICIAL.	85,000	Unidade	131,97	11.217,45
Especificação: BOLA DE FUTSAL OFICIAL.					
3	BOLA DE VÔLEI OFICIAL	15,000	Unidade	144,48	2.167,20
Especificação: BOLA DE VÔLEI OFICIAL					
4	BOLA DE BASQUETE OFICIAL	5,000	Unidade	167,22	836,10
Especificação: BOLA DE BASQUETE OFICIAL					
5	BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL	5,000	Unidade	295,67	1.478,35
Especificação: BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL					
6	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL	10,000	Unidade	211,26	2.112,60
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL					
7	BOLA HANDEBOL OFICIAL	5,000	Unidade	160,27	801,35
Especificação: BOLA HANDEBOL OFICIAL					
8	BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL	5,000	Unidade	139,43	697,15
Especificação: BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL					
9	REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO	6,000	Unidade	398,80	2.392,80
Especificação: REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO					
10	TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.	12,000	Unidade	436,00	5.232,00
Especificação: TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.					
11	TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM	12,000	Unidade	214,04	2.568,48
Especificação: TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM					
12	APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.	10,000	Unidade	34,33	343,30
Especificação: APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.					
13	BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.	10,000	Unidade	39,63	396,30
Especificação: BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.					
14	MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.	100,000	Unidade	4,13	413,00
Especificação: MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.					
15	COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100,000	Unidade	25,07	2.507,00
Especificação: COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.					
16	REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.	12,000	Par	399,80	4.797,60
Especificação: REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.					
17	REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.	16,000	Par	319,63	5.114,08
Especificação: REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.					



ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
18	REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.	6,000	Par	222,86	1.337,16
Especificação: REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.					
19	REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.	4,000	Par	204,85	819,40
Especificação: REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.					
20	FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.	6,000	Pacote	159,93	959,58
Especificação: FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.					
21	COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100,000	Unidade	22,59	2.259,00
Especificação: COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.					

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 62.250,50 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A decisão pelo parcelamento do objeto para a aquisição de materiais esportivos do tipo consumo foi cuidadosamente avaliada e embasada conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021. A seguir, detalhamos as justificativas que fundamentaram essa decisão:

- **Avaliação da Divisibilidade do Objeto:** O objeto de aquisições de materiais esportivos é tecnicamente divisível, permitindo que diferentes lotes sejam formados sem comprometer a funcionalidade ou os resultados pretendidos pela Administração.
- **Viabilidade Técnica e Econômica:** A divisão do objeto em lotes distintos é técnica e economicamente viável. A segmentação dos materiais esportivos por tipo (por exemplo, bolas de diferentes modalidades) assegura que a qualidade e a eficácia dos resultados sejam mantidas.
- **Economia de Escala:** O parcelamento do objeto foi planejado de forma a não resultar em perda significativa de economia de escala. A aquisição em lotes permitirá que o volume negociado em cada categoria leve a custos competitivos, mantendo vantagens financeiras.
- **Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** O parcelamento promove maior competitividade, aumentando a possibilidade de participação de fornecedores, incluindo empresas de menor porte. Isso potencializa o aproveitamento do mercado regional e incentiva a pluralidade de propostas.
- **Análise do Mercado:** A análise de mercado indica que os fornecedores locais têm capacidade para atender aos lotes propostos, e que o parcelamento está alinhado às práticas comuns do setor de fornecimento de materiais esportivos.
- **Consideração de Lotes:** A divisão dos materiais esportivos em lotes por categoria e modalidade foi estabelecida para viabilizar a participação de fornecedores que podem não ter capacidade de atender à totalidade do objeto, contudo, garantindo que não haja prejuízo à economia de escala.
- **Justificativas Baseadas em Dados:** As justificativas para o parcelamento foram apoiadas por dados de mercado, demonstrando que essa abordagem otimiza a



competitividade e a economicidade na aquisição pretendida.

Conclui-se que o parcelamento do objeto para a aquisição de materiais esportivos atende às diretrizes legais e normativas, favorecendo a administração por meio de uma contratação mais eficiente e competitiva, sem comprometer a qualidade dos bens adquiridos ou a eficiência econômica do processo.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação para aquisição de material de consumo do tipo esportivo está alinhada com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Chorozinho-CE para o exercício financeiro corrente. Esta aquisição foi prevista no planejamento anual da Secretaria de Desporto e Juventude e busca atender às prioridades estratégicas estabelecidas, que incluem:

- Promoção do desporto como ferramenta de inclusão social.
- Incentivo à prática esportiva regular entre jovens e adultos.
- Fortalecimento de eventos esportivos locais para integração comunitária.

O alinhamento com o planejamento estratégico do município reforça o compromisso da administração com a eficiência e a efetividade das políticas públicas na área de desporto e juventude, garantindo o uso responsável dos recursos públicos e a promoção do bem-estar da comunidade local.

10. Resultados pretendidos

A aquisição de materiais de consumo esportivo pela Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE visa alcançar os seguintes resultados:

- Proporcionar suporte adequado para a prática esportiva segura e eficaz, alinhando-se com os padrões de qualidade exigidos pelo mercado.
- Fortalecer as atividades esportivas promovidas pela Secretaria, ampliando o alcance e a diversidade das práticas esportivas disponíveis para a comunidade local.
- Incentivar a participação de jovens e adultos em atividades físicas regulares, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar da população.
- Apoiar a realização de eventos esportivos locais, com o intuito de aumentar a visibilidade e a participação da comunidade em eventos coletivos.
- Integrar os materiais adquiridos nas estratégias de inclusão social, utilizando o esporte como ferramenta de integração e desenvolvimento social.
- Otimizar o uso dos recursos públicos através da aquisição de materiais duráveis e de alta qualidade, assegurando o melhor aproveitamento econômico e a sustentabilidade das práticas esportivas.

Esses resultados estão em conformidade com os princípios da economicidade e do interesse público estabelecidos pela Lei 14.133/2021, buscando promover um ambiente saudável e inclusivo para a população de Chorozinho-CE.



11. Providências a serem adotadas

Para garantir o sucesso da aquisição de materiais esportivos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos, será necessário adotar as seguintes providências:

- Avaliação e aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente da Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE.
- Realização de consultas adicionais ao mercado para confirmação de fornecedores locais e regionais capazes de atender às especificações técnicas requeridas para os materiais esportivos.
- Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico detalhando as especificações dos materiais, condições de fornecimento, prazos de entrega, e critérios de aceitação de produtos.
- Organização de treinamento e capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato de aquisição dos materiais esportivos, garantindo o domínio dos procedimentos necessários para o cumprimento das normas legais e administrativas.
- Coordenação das atividades junto ao setor de compras e jurídico para a preparação e lançamento do processo licitatório, conforme os parâmetros estabelecidos pela Lei 14.133/2021.
- Monitoramento das etapas do processo licitatório, assegurando a transparência e cumprimento dos prazos estipulados, além de promover soluções rápidas para eventuais problemas que possam surgir.
- Planejamento das condições de armazenamento adequado dos materiais esportivos após a aquisição, assegurando que a infraestrutura disponível é suficiente para prevenir danos e garantir a durabilidade dos itens.
- Divulgação interna e externa das aquisições promovidas, reforçando o compromisso da Secretaria de Desporto e Juventude com a promoção do esporte e bem-estar social no município de Chorozinho.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

A não adoção do sistema de registro de preços no presente processo de aquisição de materiais de consumo do tipo esportivo para a Secretaria de Desporto e Juventude do Município de Chorozinho-CE, fundamenta-se nos seguintes aspectos, em conformidade com a Lei 14.133/2021:

- **Natureza Específica da Demanda:** A aquisição destina-se a atender uma necessidade específica e imediata da Secretaria, não havendo previsão de demanda contínua ou repetitiva que justifique o uso do registro de preços.
- **Imediatidade da Execução:** A dispensa eletrônica, conforme o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, permite uma contratação mais célere, adequada à urgência da necessidade apresentada, o que não seria tão eficaz por meio de um registro de preços, que demanda maior tempo para formalização e execução.
- **Ausência de Vantagem Econômica:** Considerando a especificidade e a quantidade limitada de itens a serem adquiridos, a utilização do registro de preços não se revela economicamente vantajosa. O volume de materiais não demanda negociação de contratos futuros, dispensando a necessidade de um registro contínuo.



- **Gestão Contratual Simplificada:** A contratação direta pela modalidade de dispensa eletrônica simplifica a gestão contratual e atende de forma mais eficaz aos princípios da eficiência e economicidade, conforme previstos nos artigos 5º e 11 da Lei 14.133/2021.

Dessa forma, a escolha pela não adoção do registro de preços alinha-se com o objetivo de atender prontamente a demanda, garantindo a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Conforme estabelecido no inciso XXII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 15, há uma vedação à participação de empresas na forma de consórcio na presente contratação, considerando a modalidade de dispensa eletrônica utilizada para a aquisição de materiais de consumo esportivo. A decisão por esta vedação está fundamentada nas seguintes razões:

- **Escopo e Complexidade:** A contratação refere-se à aquisição de materiais de consumo com especificações bem definidas e de natureza não complexa, não justificando a formação de consórcio para ampliar qualificações técnicas ou financeiras.
- **Mercado Local:** Dado o levantamento de fornecedores realizado, a existência de empresas locais aptas a atender à demanda individualmente elimina a necessidade de agrupamentos empresariais para a execução do contrato per si.
- **Viabilidade Econômica:** A vedação busca evitar a elevação de custos administrativos e garantir economia de escala, aumentando a competitividade entre fornecedores individuais e otimizando a economicidade da contratação para a Administração Pública.
- **Mitigação de Riscos:** O processo de gestão e fiscalização se torna mais simples e seguro ao gerir contratos com empresas individuais, especialmente em operações de menor escala ou complexidade, como a descrita neste processo.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A aquisição de materiais de consumo do tipo esportivo pode gerar diversos impactos ambientais, os quais necessitam ser analisados e mitigados de forma eficaz. Abaixo estão identificados os possíveis impactos ambientais e suas respectivas medidas mitigadoras, conforme os princípios estabelecidos pela Lei 14.133/2021.

- **Impacto:** Produção de resíduos sólidos devido ao descarte de embalagens e materiais danificados ou inutilizáveis.
 - **Medida Mitigadora:** Implementação de um programa de logística reversa para garantir que as embalagens e materiais não utilizados ou danificados sejam devidamente recolhidos e reciclados.
- **Impacto:** Emissão de gases de efeito estufa durante o transporte dos materiais esportivos.
 - **Medida Mitigadora:** Priorizar fornecedores que adotem práticas de transporte sustentável e que utilizem veículos com menor emissão de



poluentes, além de otimizar a logística de entrega para reduzir distâncias percorridas.

- **Impacto:** Consumo de recursos naturais na fabricação dos materiais esportivos.
 - **Medida Mitigadora:** Priorizar a aquisição de materiais feitos a partir de materiais reciclados ou de fontes sustentáveis, garantindo que os fornecedores possuam certificações ambientais reconhecidas.
- **Impacto:** Poluição do solo e da água como resultado do descarte inadequado de produtos químicos utilizados em materiais esportivos.
 - **Medida Mitigadora:** Exigir dos fornecedores o cumprimento de normas ambientais rigorosas e certificados de conformidade quanto ao uso de produtos químicos seguros e menor impacto ambiental.
- **Impacto:** Consumo excessivo de energia na fabricação e transporte dos materiais.
 - **Medida Mitigadora:** Incentivar e selecionar fornecedores que utilizem técnicas de fabricação com eficiência energética e que demonstrem compromisso com a redução do consumo de energia.

Portanto, a implementação dessas medidas está em alinhamento com os princípios da sustentabilidade e responsabilidade ambiental previstos na Lei 14.133/2021, buscando minimizar os impactos e contribuir para o desenvolvimento sustentável do município de ChoroZinho-CE.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após análise minuciosa de todas as informações e dados coletados, bem como dos contextos social, econômico e cultural do Município de ChoroZinho-CE, conclui-se que a contratação para a aquisição de materiais de consumo do tipo esportivo é plenamente viável e razoável. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, a contratação está alinhada com o interesse público, promovendo a prática esportiva, a inclusão social e a saúde da população local. Além disso, o processo de dispensa eletrônica, conforme previsto no Art. 75, inciso II, proporciona agilidade e eficiência na contratação, respeitando os princípios da economicidade e do interesse público estabelecidos no Art. 5º da mesma lei. A aquisição dos materiais é estratégica para atender às necessidades da Secretaria de Desporto e Juventude, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social e esportivo da região, o que reforça sua importância e legitimidade.



Chorozinho / CE, 24 de fevereiro de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente
IGOR DA SILVA ALBANO
PRESIDENTE

assinado eletronicamente
Dandara Albano de Freitas
MEMBRO

assinado eletronicamente
MAYARD SAVIO DE LIMA GOMES
MEMBRO



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2025.02.28.049-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.21.02.003-DL

A(O) Secretaria do Desporto e da Juventude, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Lote, na hipótese do Art. Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

DADOS DA SESSÃO PÚBLICA

Data da sessão de julgamento das propostas:

07 de março de 2025

Link: <https://compras.m2atecnologia.com.br/>

Horário de julgamento das propostas:

11:00 Hs

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Lote, conforme tabela constante abaixo.

LOTE UNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	85.0	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL			
2	BOLA DE FUTSAL OFICIAL.	85.0	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTSAL OFICIAL.			
3	BOLA DE VÔLEI OFICIAL	15.0	Unidade
Especificação: BOLA DE VÔLEI OFICIAL			
4	BOLA DE BASQUETE OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA DE BASQUETE OFICIAL			
5	BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL			



6	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL	10.0	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL			
7	BOLA HANDEBOL OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA HANDEBOL OFICIAL			
8	BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL			
9	REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO	6.0	Unidade
Especificação: REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO			
10	TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.	12.0	Unidade
Especificação: TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.			
11	TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM	12.0	Unidade
Especificação: TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM			
12	APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.	10.0	Unidade
Especificação: APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.			
13	BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.	10.0	Unidade
Especificação: BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.			
14	MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.	100.0	Unidade
Especificação: MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.			
15	COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100.0	Unidade
Especificação: COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.			
16	REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.	12.0	Par
Especificação: REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.			
17	REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.	16.0	Par
Especificação: REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.			
18	REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.	6.0	Par
Especificação: REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.			
19	REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.	4.0	Par
Especificação: REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.			
20	FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.	6.0	Pacote
Especificação: FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.			
21	COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100.0	Unidade
Especificação: COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.			



1.2.1. Havendo mais de um Lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;



3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.



4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. conter vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

5.1.1. Habilitação Jurídica

a) cópia de documento oficial com foto e do Cadastro de Pessoa Física - CPF do Titular, no caso de firma individual ou do (s) sócio (s), quando se tratar de sociedade;

b) no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis e aditivos em vigor, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

d) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

e) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

f) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista



- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

5.1.4. Qualificação Técnica

- a) Comprovação de aptidão compatível com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens, caso haja necessidade de realização de diligências para dirimir quaisquer dúvidas inerentes a veracidade das informações prestadas.



b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

c.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.



5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.



5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Secretaria do Desporto e da Juventude e no(s) endereço(s) eletrônico(s) <https://chorozinho.ce.gov.br/>.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser



atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Chorozinho/CE, 28 de fevereiro de 2025

assinado eletronicamente
Igor Da Silva Albano
ORDENADOR(A) DE DESPESAS



PROJETO BÁSICO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2025.02.28.049-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.21.02.003-DL

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO ESPORTIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESPORTO E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.

1.2. A contratação será dividida em Lote(s), conforme tabela constante abaixo:

LOTE UNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	85.0	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL			
2	BOLA DE FUTSAL OFICIAL.	85.0	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTSAL OFICIAL.			
3	BOLA DE VÔLEI OFICIAL	15.0	Unidade
Especificação: BOLA DE VÔLEI OFICIAL			
4	BOLA DE BASQUETE OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA DE BASQUETE OFICIAL			
5	BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL			
6	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL	10.0	Unidade
Especificação: BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL			
7	BOLA HANDEBOL OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA HANDEBOL OFICIAL			
8	BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL	5.0	Unidade
Especificação: BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL			
9	REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO	6.0	Unidade
Especificação: REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO			
10	TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.	12.0	Unidade
Especificação: TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.			



11	TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM	12.0	Unidade
Especificação: TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM			
12	APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.	10.0	Unidade
Especificação: APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.			
13	BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.	10.0	Unidade
Especificação: BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.			
14	MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.	100.0	Unidade
Especificação: MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.			
15	COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100.0	Unidade
Especificação: COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.			
16	REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.	12.0	Par
Especificação: REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.			
17	REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.	16.0	Par
Especificação: REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.			
18	REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.	6.0	Par
Especificação: REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.			
19	REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.	4.0	Par
Especificação: REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.			
20	FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.	6.0	Pacote
Especificação: FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.			
21	COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100.0	Unidade
Especificação: COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.			

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de lux, conforme estabelecido em regulamento interno.

2. DA PESQUISA DE PREÇO

2.1. O Setor de Compras realizou ampla pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido, e anexa-se ao processo os valores apurados compilados em relatório, que visa subsidiar o Valor de Referência no montante de R\$ R\$ 62.250,50 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), que norteará as decisões do Agente de Contratação designado para a realização da Dispensa Eletrônica de Licitação, quanto à aceitabilidade das propostas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO



3.1. ACITADA AQUISIÇÃO DO MATERIAL SERÁ PARA ATENDER AS COMPETIÇÕES E OS EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES, ASSIM COMO OS TREINOS OFERECIDOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO, E PARA APOIO DE ATLETAS DO MUNICÍPIO QUE PARTICIPAREM DE COMPETIÇÕES EM OUTRAS LOCALIDADES.

4. JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O valor apresentado na pesquisa de mercado enquadra-se no disposto no Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133/2021, referindo-se à dispensa de licitação para contratação do objeto demandado neste termo, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação. O Art. 75, inciso II, da Lei nº. 14.133, de 1 de abril de 2021, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras

4.2. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.



A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu Art. 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação - Art. 75, inciso II
para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 2 (dois) dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço --

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Nomear Gestor e Fiscais do Contrato para acompanhar e fiscalizar sua execução;

6.1.2. Encaminhar formalmente as demandas de serviços, de acordo com os critérios estabelecidos neste Projeto Básico;

6.1.3. Receber o objeto prestado pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;



6.1.4. Supervisionar a execução do objeto do Contrato, exigindo prestação na execução e correção das falhas eventualmente detectadas;

6.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

6.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

6.1.7. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços;

6.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

6.1.9. Disponibilizar para a equipe técnica da CONTRATADA os recursos necessários para cumprimento do objeto do Contrato;

6.1.10. Assistir a equipe técnica da CONTRATADA na indicação dos locais de execução dos serviços, como forma de prevenir a ocorrência de danos de qualquer natureza;

6.1.11. Registrar as ocorrências que estejam em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico, solicitando a CONTRATADA a pronta regularização;

6.1.12. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços;

6.1.13. Proceder com a avaliação dos serviços e ateste das respectivas faturas decorrentes.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Projeto Básico, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.3. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

7.1.4. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução dos serviços objeto do Contrato;

7.1.5. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;



7.1.6. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação;

7.1.8. Providenciar que seus contratados portem documento de identificação quando da execução do objeto à CONTRATANTE;

7.1.9. Promover a execução dos serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica;

7.1.10. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo relatórios e documentação técnica à Administração;

7.1.11. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, julgados necessários à boa gestão do contrato;

7.1.12. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Projeto Básico;

7.1.13. Repassar aos fiscais do Contrato, em tempo hábil, quaisquer justificativas de situações específicas que envolvam impedimento do cumprimento dos termos do Contrato, por razões alheias ao controle da CONTRATADA;

7.1.14. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a execução dos serviços;

7.1.15. Manter identificados todos os materiais e equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

7.1.16. Apresentar a CONTRATANTE, sempre que exigido pela equipe de fiscalização do contrato, relatórios e outros documentos inerentes à execução dos serviços;

7.1.17. Manter sigilo de todos os dados ou informações da CONTRATANTE obtidas em função da execução dos serviços;

7.1.18. Submeter seus empregados, durante o tempo de permanência nas dependências da CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, mantendo-os devidamente identificados;

7.1.19. Orientar-se pelo sigilo do teor de todos os documentos produzidos e abster-se de transferir responsabilidade a outrem;

7.1.20. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.21. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;



7.1.22. Abster-se de remanejar ou desativar equipamentos ou recursos sem prévia autorização da CONTRATANTE;

7.1.23. Fornecer à sua equipe técnica todos os materiais necessários para a prestação dos serviços;

7.1.24. Responder por quaisquer acidentes de que possam sofrer os seus empregados, quando em serviço nas dependências da CONTRATANTE;

7.1.25. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, quando couber, nos termos das legislações em vigor;

7.1.26. Abster-se de veicular publicidade acerca do contrato, salvo mediante prévia autorização da CONTRATANTE.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) serviço(s) contratado(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o § 2º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Projeto Básico.



11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação.

11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$$I = (TX) (6 / 100) I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica de licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a dispensa eletrônica de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa eletrônica de licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

12.2.3. Multa de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução dos serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

12.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;



12.2.5. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

12.2.6. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas e os profissionais que:

12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

13.2. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988 .

13.3. A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

13.4. É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



14.1. As despesas correrão a conta de dotações específica do orçamento do(a) Secretaria do Desporto e da Juventude, na classificação econômica 1801.27.122.0401.2.099 - Gerenciamento da Secretaria de Desporto e da Juventude (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903014 - Material de Consumo, R\$ 62.250,50 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos); .

Chorozinho/CE, 28 de fevereiro de 2025

assinado eletronicamente

Igor Da Silva Albano

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 2025.02.28.049-DL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.21.02.003-DL

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O(A)
SECRETARIA DO DESPORTO E DA JUVENTUDE
E

O(A) SECRETARIA DO DESPORTO E DA JUVENTUDE, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) IGOR DA SILVA ALBANO, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CPF/CNPJ, sediado(a) no(a), doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito no CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 2025.21.02.003-DL e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2025.02.28.049-DL, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO TIPO ESPORTIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESPORTO E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	85.0	Unidade		
BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL					
2	BOLA DE FUTSAL OFICIAL.	85.0	Unidade		
BOLA DE FUTSAL OFICIAL.					
3	BOLA DE VÔLEI OFICIAL	15.0	Unidade		
BOLA DE VÔLEI OFICIAL					
4	BOLA DE BASQUETE OFICIAL	5.0	Unidade		
BOLA DE BASQUETE OFICIAL					

5	BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL	5.0	Unidade		
BOLA FUTEVÔLEI OFICIAL					
6	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL	10.0	Unidade		
BOLA DE FUTEBOL DE AREIA OFICIAL					
7	BOLA HANDEBOL OFICIAL	5.0	Unidade		
BOLA HANDEBOL OFICIAL					
8	BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL	5.0	Unidade		
BOLA DE VÔLEI DE AREIA OFICIAL					
9	REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO	6.0	Unidade		
REDE DE VÔLEI OFICIAL TAMANHO IMT DE ALTURA X 9,5 M DE COMPRIMENTO					
10	TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.	12.0	Unidade		
TROFÉU CAMPEÃO, DOURADO, TAMANHO 1,42MT.					
11	TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM	12.0	Unidade		
TROFÉU VICE CAMPEÃO, DOURADO TAMANHO 93CM					
12	APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.	10.0	Unidade		
APITO PROFISSIONAL DE METAL E COM CORDÃO.					
13	BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.	10.0	Unidade		
BOMBA DE AR PARA BOLAS COM BICO E MANGUEIRA.					
14	MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.	100.0	Unidade		
MEDALHA COM FITA GRANDE 50MM.					
15	COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100.0	Unidade		
COLETE INFANTIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.					
16	REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.	12.0	Par		
REDE DE CAMPO TAMANHO 7,32M X 2,44M.					
17	REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.	16.0	Par		
REDE DE FUTSAL TAMANHO 3,20M X 2,20M.					
18	REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.	6.0	Par		
REDE DE FUTEBOL DE AREIA SOCCER TAMANHO 5,00M X 2.20M.					
19	REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.	4.0	Par		
REDE DE FUTEVÔLEI TAMANHO 2,20 MT.					
20	FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.	6.0	Pacote		
FAIXA DE MARCAÇÃO PARA FUTEVÔLEI.					
21	COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.	100.0	Unidade		

COLETE INFANTO JUVENIL - COLETE DUPLA FACE, LISO, COM VIÉS E COSTURAS REFORÇADAS.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....), conforme abaixo especificado:

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do(a) Secretaria do Desporto e da Juventude, na classificação abaixo: 1801.27.122.0401.2.099 - Gerenciamento da Secretaria de Desporto e da Juventude (OCA-NE), no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903014 - Material de Consumo, R\$ 62.250,50 (sessenta e dois mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta centavos);

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 2025.02.28.049-DL.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1.. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de dispensa eletrônica nº 2025.02.28.049-DL.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência/Proejto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 2025.02.28.049-DL.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I do aviso de Dispensa Elrônica de Licitação nº

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 106 e 137, combinado com o art. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos previstas no art. 104 da Lei 14.133, de 2021.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento dos bens/produtos sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, respeitado o art. 129 da Lei nº 14.133, de 2021..

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no sitio eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo previsto no art. 94 Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Chorozinho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 151, da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CHOROZINHO/CE, de..... de 20.....

SECRETARIA DO DESPORTO E DA JUVENTUDE
CNPJ/MF Nº 23.555.279/0001-75
IGOR DA SILVA ALBANO
Responsável legal da CONTRATANTE

CONTRATADO
CPF/CNPJ Nº XXXXXXXXXX
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.